



# SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

15/03/2023

Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>



## Tarcísio faz aposta de risco em governo de privatizações

Tornar-se o "governador das privatizações" está no centro das pretensões de Tarcísio de Freitas (Republicanos) à frente do Palácio dos Bandeirantes para firmar-se como o líder emergente da centro-direita no Brasil.

Tarcísio, assim, poderá surfar, mas seu plano de privatizações e parcerias lançado em pleno Carnaval se mostra mais ambicioso. E é aí que mora o perigo, como dizem mesmo aliados próximos, a começar pela joia de sua coroa: a Sabesp.

A companhia de saneamento do estado é uma empresa valiosa, cuja privatização esteve dentro e fora do radar de Doria. Pesou, e muito, resistência política e os resultados mistos da operação: os anos 2010 viram uma onda de reestatização na Europa, basicamente devido à majoração das tarifas sem contrapartida de qualidade.

Por óbvio, cada caso é um caso, mas na própria campanha eleitoral de 2022 o tema foi levado por Haddad à sua propaganda, ameaçando água mais cara caso seu rival cumprisse a promessa de vender a Sabesp, usando o exemplo da privatização operada no Rio.

Entra também aqui um fator cultural em evolução. Em setembro de 2019, na mais recente pesquisa Datafolha disponível sobre o tema, 67% dos brasileiros se opunham à privatização. Por outro lado, levantamento feito em 2021 com outras questões apontou que 63% não se opunham à oferta de serviços públicos tanto pelo governo como pela iniciativa privada.

Seja como for, é marca do PT ora ocupando o Palácio do Planalto o combate à agenda liberal, seja na retórica ou na prática —os limites do namoro entre Tarcísio e Luiz Inácio Lula da Silva poderão ser medidos no sucesso da tentativa do governador de ver privatizado o porto de Santos.

Mas é a Sabesp, marca universal entre paulistas, que deverá fazer da missão de Tarcísio um desafio político redobrado, não menos pelos riscos objetivos nele embutidos. Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 15 de março.

## Declaração pré-preenchida do Imposto de Renda 2023 é liberada nesta quarta (15)

Os contribuintes que tentam acessar a declaração pré-preenchida do Imposto de Renda 2023 têm se frustrado. O motivo é que o modelo com boa parte dos dados já preenchidos estará disponível nesta quarta-feira (15), início do prazo para declarar o IR.

O programa para preenchimento e envio da declaração foi liberado na última quinta-feira (9). Ao baixá-lo e tentar utilizar a opção "Declaração pré-preenchida", o sistema pede para que o usuário informe sua senha Gov.br.

Neste ano, a intenção da Receita Federal é ampliar o número de contribuintes que optam pelo modelo pré-preenchido para 25% dos que são obrigados a declarar.

Em 2022, 7,6% escolheram essa opção. São esperadas entre 38,5 milhões e 39,5 milhões de declarações. Tem acesso a essa modalidade os contribuintes com conta prata ou ouro no Gov.br.

Para evitar erros e facilitar ainda mais para o contribuinte, a Receita Federal aprimorou a declaração pré-preenchida, com ao menos sete novidades.

Dentre as principais vantagens de escolher esse modelo está a possibilidade de entrar na fila de prioridade para receber a restituição, assim como ocorrerá com os contribuintes que utilizarem Pix para receber os valores.

A autorização poderá ser dada pelo Meu Imposto de Renda, tanto no site da Receita Federal quanto nos aplicativos para celular ou tablet. Basta clicar em "Autorização de acesso" em qualquer uma das plataformas e seguir o passo a passo para liberação dos dados.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 15 de março.

## Café 'sustentável' é autuado por trabalho análogo ao escravo em MG

Os pacotes de café chamam a atenção pela beleza nos sites em que são vendidos na internet. Os nomes dos produtos incluem palavras como "gourmet", "premium" e "especial". O preço é bem mais alto que o de marcas encontradas em qualquer supermercado, chegando a R\$ 112 o quilo. Por trás de tudo isso, porém, trabalho análogo ao escravo, aponta o MTE (Ministério do Trabalho e Emprego).

Uma fiscalização do Gmóvel (Grupo Especial de Fiscalização Móvel) do ministério resgatou na última colheita de café em Minas Gerais, em julho do ano passado, sete trabalhadores —três mulheres e quatro homens— em condições análogas ao escravo em uma propriedade da empresa Fazendas Klem Importação e Exportação de Cafés em Manhumirim, na Zona da Mata, em Minas Gerais.

A reportagem entrou em contato com a Fazendas Klem por telefone e recebeu pedido para que fosse enviado um e-mail com as perguntas sobre a fiscalização do MTE na propriedade. A mensagem foi enviada na segunda (13) às 15h59, mas não houve resposta até as 12h desta terça.

Durante audiência no Ministério do Trabalho e Emprego na regional da pasta em Manhuaçu, depois do resgate dos trabalhadores, o proprietário das Fazendas Klem, Cesar Viana Klem, que em uma rede social se apresentava como "terrivelmente cristão", fez todos os pagamentos devidos aos trabalhadores resgatados, que retornaram para a Bahia.

A Fazendas Klem estava dentro de um seletivo grupo de produtores de café no Brasil que ostenta o selo Rainforest Alliance, uma ONG (Organização Não Governamental) com atuação em todo o mundo que atesta a sustentabilidade de produtores agrícolas.

O site da organização afirma que seu selo "significa que o produto (ou um ingrediente específico) foi produzido por agricultores, silvicultores, e/ou empresas trabalhando em conjunto para criar um mundo onde as pessoas e a natureza prosperam em harmonia".

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 15 de março.

## Advogados criticam valor de indenização acordado com vinícolas em caso de trabalho escravo

O valor estabelecido no TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) firmado entre o MPT-RS (Ministério Público do Trabalho do Rio Grande do Sul) e as vinícolas Aurora, Garibaldi e Salton, envolvidas na denúncia recente de exploração de mão de obra em regime análogo ao de escravidão em Bento Gonçalves, vem sendo alvo de críticas por especialistas na área.

O acordo prevê R\$ 7 milhões em indenizações à sociedade e aos trabalhadores. Se comparado ao faturamento anual das três empresas da serra gaúcha, o montante corresponde a 0,46%.

Especialistas em Direito do Trabalho ouvidos pela Folha consideraram o valor acordado baixo, sobretudo se considerado que, deste montante, apenas R\$ 2 milhões serão usados para indenizar os 207 trabalhadores, o que corresponderia a R\$ 9.600 de indenização por trabalhador.

O restante, R\$ 5 milhões, corresponde ao dano moral coletivo, e deve ser revertido pelo MPT-RS em ações sociais. Por outro lado, os especialistas elogiam o nível de detalhamento das 21 medidas de controle estabelecidas pelo órgão, que devem ser cumpridas pelas vinícolas sob pena de multa.

Questionado sobre como as partes envolvidas chegaram a esse número, o procurador do Trabalho Lucas Santos Fernandes classificou o valor como "substancial". No entanto, ele admitiu que foi uma cifra que levou em conta a urgência de firmar um acordo para um maior controle na cadeia produtiva da uva já na próxima safra.

Conforme a advogada trabalhista e professora licenciada de Direito do Trabalho da Unisinos, Carolina Mayer Spina, não é atípico que o valor estabelecido para o dano coletivo seja mais substancial em TACs. Isso porque o foco do MPT não é representar judicialmente os trabalhadores, mas sim a sociedade como um todo. Ela ressalta que o acordo não impede que os trabalhadores acionem as vinícolas na Justiça individualmente pelos maus-tratos sofridos.

Ainda assim, ela considera os valores inadequados se levados em conta três fatores: a extensão do dano causado, a capacidade econômica das empresas envolvidas e o chamado "punitive damage", termo utilizado no Direito Internacional que pode ser traduzido como "dano exemplar".

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 15 de março.